

CORREIO NACIONAL



Dado é de pesquisa divulgada pelo Instituto Semesp

Oito em cada dez professores já pensaram em desistir

Oito em cada dez professores da educação básica já pensaram em desistir da carreira. Entre os motivos estão o baixo retorno financeiro e a falta de interesse dos alunos. Os dados são da pesquisa inédita Perfil e Desafios dos Professores da Educação Básica no Brasil, divulgada na quarta. A pesquisa foi realizada entre 18 e 31 de março de 2024, com 444 docentes das redes pública e privada, do ensino infantil ao médio, de todas as regiões do país. Os dados

IA na educação

Três em cada quatro professores concordam com o uso da tecnologia e inteligência artificial como ferramenta de ensino. Os docentes também dizem que a tecnologia impactou a educação tanto positivamente, com acesso mais rápido à informação, quanto negativamente, facilitando a dispersão.

Novo PAC I

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na quarta novas obras do Programa de Aceleração do Crescimento no valor de R\$ 18,3 bilhões – incluindo R\$ 1,7 bilhão para a prevenção de desastres. O anúncio acontece em meio a enchentes registradas no Rio Grande do Sul.

Cotas raciais I

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (8), por 17 votos favoráveis contra oito, o turno suplementar do Projeto de Lei 1.958, de 2021, que prorroga por mais 10 anos a política de cotas raciais para concursos públicos e processos seletivos.

Mudança I

O TSE implementou o mecanismo do juiz das garantias no âmbito da Justiça Eleitoral. O modelo está previsto no Pacote Anticrime, aprovado pelo Congresso, e estabelece que o magistrado responsável pela sentença não é o mesmo que participa da fase de inquérito.

Dengue

Os casos de dengue no país estão em queda em 21 estados e o DF, segundo anunciou o Ministério da Saúde na última terça-feira (7). Houve uma redução significativa nos casos, segundo Ethel Maciel, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente da pasta.

mostram que 79,4% dos professores entrevistados já pensaram em desistir da carreira. Em relação ao futuro profissional, 67,6% se sentem inseguros, desanimados e frustrados. Entre os principais desafios citados pelos professores estão: falta de valorização e estímulo da carreira (74,8%), falta de disciplina e interesse dos alunos (62,8%), falta de apoio e reconhecimento da sociedade (61,3%) e falta de envolvimento e participação das famílias dos alunos (59%).

Pesquisa

Os dados são da pesquisa inédita Perfil e Desafios dos Professores da Educação Básica no Brasil, divulgada nesta quarta-feira (8), pelo Instituto Semesp – entidade que representa mantenedoras de ensino superior. A pesquisa foi realizada entre 18 a 31 de março de 2024, com 444 docentes.

Novo PAC II

Ao todo, 91 municípios com problemas recorrentes de deslizamentos de terra foram selecionados para receber obras de contenção de encostas. As intervenções ocorrem em cidades classificadas pelo governo federal como críticas, onde há áreas de risco alto ou muito alto para a população local.

Cotas raciais II

Como o projeto tramita em caráter terminativo, segue direto para análise da Câmara dos Deputados, sem precisar da aprovação do plenário do Senado. O tema terá que passar pelo plenário apenas se nove senadores apresentarem um recurso contra a matéria em até cinco dias úteis.

Mudança II

Os tribunais regionais eleitorais terão prazo de 60 dias para implementar o juiz das garantias por meio da criação de Núcleos Regionais Eleitorais das Garantias. Após a implantação, as investigações em andamento deverão ser encaminhadas aos núcleos em 90 dias.

Casos em queda

“Nós temos uma mudança importante para anunciar, que 22 estados estão com tendência de queda”, disse Maciel, em entrevista a jornalistas. Há estabilidade em quatro estados, Ceará, Maranhão, Pará e Tocantins, enquanto apenas o Mato Grosso continua em aumento.

A lenta resposta do país aos desastres climáticos

Falta de órgão nacional dificulta ações, indicam especialistas

A recorrência de desastres climáticos, como as chuvas que atualmente atingem o Rio Grande do Sul, reforça a necessidade de o governo federal formar um órgão capaz de lidar com as consequências dos estragos e atuar em parcerias com estados e municípios, de acordo com sugestões de especialistas à Folha de S.Paulo.

Em meio ao rastro de destruição no estado com mais de 90 mortos, ações da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Forças Armadas não estão sendo suficientes. Por isso, muitas pessoas têm atuado como voluntários nos resgate.

Para os especialistas, o país colheu avanços na prevenção e resposta a desastres nos últimos anos, sobretudo após os desastres no Rio de Janeiro que deixaram 900 mortos em 2011.

Foi a partir de então que foram criadas a legislação que organiza a Defesa Civil e as políticas de monitoramento e alerta de desastres como o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

O próximo passo, de acordo com eles, é o de integrar governos federal e estaduais, prefeituras e técnicos em assistência



Reprodução

Atuações dos órgãos não estão sendo suficientes

social, segurança pública, educação e infraestrutura.

“O Brasil carece de uma autoridade climática, organizada pelo governo federal e com orçamento para o processo de reparação”, opina Gustavo Fernandes, professor de administração pública da FGV/EASP. “Elaborar ações de assistência social, policiamento mediante os saques, educação e infraestrutura, por exemplo”, completa Fernandes. Como exemplos de institui-

ções públicas nessa linha, o professor citou órgãos na Austrália (Agência Nacional de Gestão de Emergências) e Reino Unido (Departamento Governamental de Liderança). Ambos são controlados pelo governo nacional e atuam em parcerias com subdivisões regionais (como estados, províncias e distritos), órgãos da defesa civil e organizações comunitárias na elaboração de redução dos riscos e resiliência aos desastres. No Brasil, segundo o espe-

cialista em gestão de risco Rodrigo Lilla Manzione, professor da Unesp em Ourinhos, ministérios como do Meio Ambiente ou de Cidades têm condições de constituir uma pasta técnica para fortalecer órgãos como Defesa Civil estadual e municipal, além de secretarias locais. “A população precisa ser informada de como os eventos climáticos estão mudando no mundo inteiro”, diz Manzione. **Por: Carlos Petrocilo (Folhapress)**

Matrículas presenciais apresentam queda

Nos últimos dez anos, os cursos presenciais de licenciatura perderam 35% dos alunos matriculados em todo o país. Nas faculdades privadas, a perda foi ainda maior, com redução de 68,8% das matrículas nessas graduações.

No mesmo período, as matrículas em licenciaturas a distância mais do que duplicaram, chegando a mais de 1,07 milhão de alunos em 2022. Neste ano, 64,4% dos que concluíram a graduação para ser professor da educação básica se formaram na modalidade a distância.

As informações constam no Mapa do Ensino Superior, feito pelo Instituto Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior), com dados dos Censo do Ensino Superior de 2022.

Desde o ano passado, o ministro da Educação, Camilo Santana, tem dito que vê com preocupação a grande concentração de professores formados em cursos a distância. A pasta

estuda mudar as regras para a oferta dessas graduações, com a ampliação da carga horária presencial que devem oferecer. As principais entidades representativas das faculdades privadas são contrárias à mudança nos cursos a distância.

Segundo o estudo do Semesp, em 2012, o país tinha 1,3 milhão de alunos matriculados em licenciaturas, sendo que um terço deles cursava a modalidade a distância. Uma década depois, essa proporção se inverteu. Em 2022, o país tinha 1,67 milhão nessas graduações, sendo 64% em cursos EaD.

Ao mesmo tempo em que as faculdades privadas foram as que mais perderam matrículas nas licenciaturas presenciais, foram elas também que mais ampliaram o número de alunos em cursos a distância. Na rede pública de ensino superior, o número nas duas modalidades se manteve estável.

Por: Isabela Plhares (Folhapress)

STF

Limitações às indicações políticas para empresas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retomou na quarta o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7331) contra restrições previstas na Lei das Estatais a indicações políticas para o conselho de administração e diretoria dessas empresas. A ação foi apresentada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e questiona trechos da lei que proíbem a indicação de ministros de Estado, secretários estaduais e municipais e titulares de cargo de natureza especial, de direção ou de assessoramento na administração pública para cargos no conselho de administração e diretoria de empresas estatais.

STJ

Crimes impeditivos do indulto natalino

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) alinhou a jurisprudência da corte à do Supremo Tribunal Federal (STF) ao estabelecer que o crime impeditivo do indulto – fundamentado no Decreto 11.302/2022 – deve ser tanto o praticado em concurso de crimes quanto o remanescente da unificação de penas. Ao aplicar essa nova orientação em discussão, o colegiado indeferiu a concessão do indulto a um preso que cumpre pena por associação criminosa e roubo majorado, praticados em concurso, bem como por receptação simples em outra ação penal.

TSE

CGE suspende atendimento biométrico no RS

A Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral (CGE) determinou na última segunda-feira (6) a suspensão do atendimento biométrico em todo o estado do Rio Grande do Sul até o encerramento do prazo para regularização, alteração de dados e emissão de novos títulos de eleitor. É importante destacar que a decisão autorizou a liberação de todos esses serviços de forma virtual, pelo Autoatendimento eleitoral, exclusivamente para a população do Rio Grande do Sul, até o prazo de prorrogação do cadastro, estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o estado.

TCU

Independência de instituições superiores de controle cai

Em abril, a Iniciativa de Desenvolvimento da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (IDI-Intosai) lançou o “Relatório de avaliação global das ISC 2023”. O estudo, publicado a cada três anos, apresenta tendências para o desempenho das instituições superiores de controle (ISC) e discute o desenvolvimento das capacidades desses órgãos. As conclusões são baseadas em dados coletados por meio de pesquisa internacional com 166 ISC da Intosai. Um dos temas avaliados, a independência das instituições superiores de controle, aponta para uma direção alarmante.



Reprodução

Imunizante não era mais usado no Brasil

Covid: farmacêutica para de produzir doses

A farmacêutica AstraZeneca parou de fabricar a vacina contra a Covid. A empresa afirmou que houve um declínio na procura do imunizante. Disse também que foram desenvolvidas múltiplas vacinas contra variantes da doença e que há um excedente de vacinas mais atualizadas disponíveis, o que levou a uma diminuição na procura da Vaxzevria (nome do imunizante). Na Europa e no Reino Unido, houve também a retirada do imunizante em circulação

devido a um processo relacionado a ocorrência de efeitos adversos graves da vacina, como a Síndrome de Trombose com Trombocitopenia (TTS, na sigla em inglês). Em 2021, a EMA (agência de medicamentos europeia, na sigla em inglês, que regulamenta drogas no continente) identificou pelo menos 142 casos da síndrome, em um universo de mais de 21 milhões de doses aplicadas. No Brasil, a vacina não é usada pelo Ministério da Saúde desde o início de 2023.